

**Acordo entre as
Autoridades Nacionais
de Segurança de
Portugal e do Reino da
Espanha relativo à
segurança operacional
e interoperabilidade das
atividades ferroviárias
nas secções
transfronteiriças**

**Acuerdo entre las
Autoridades Nacionales
de Seguridad de
Portugal y del Reino de
España referente a la
seguridad operacional e
interoperabilidad de las
actividades ferroviarias
en las secciones
fronterizas**

**ANEXO III
Requisitos a cumprir
para a autorização de
veículos**

**ANEXO III
Requisitos a cumplir
para la autorización de
vehículos**

**Instituto da Mobilidade e dos
Transportes (IMT)**

Av. Elias Garcia, 103
1050-098 LISBOA
imt@imt-ip.pt
<http://www.imt-ip.pt>

**Agencia Estatal de Seguridad
Ferroviaria (AESF)**

Plaza de los Sagrados Corazones, nº 7
28036 Madrid
<http://www.seguridadferroviaria.es>

**Acordo entre as Autoridades
Nacionais de Segurança de Portugal e
do Reino da Espanha relativo à
segurança operacional e
interoperabilidade das atividades
ferroviárias nas secções
transfronteiriças**

**ANEXO III – Requisitos a cumprir
para a autorização de veículos**

1. Objeto

O presente Anexo tem por objetivo estabelecer as disposições comuns de cooperação entre as ANS de PT e de ES para a emissão de autorizações, desde que a área de utilização inclua alguma das secções transfronteiriças estabelecidas no Anexo I do presente acordo:

2. Âmbito de aplicação

Este anexo aplica-se nas seguintes situações:

a) A autorização de colocação no mercado de veículos novos.

Após a solicitação de ACM cuja área de utilização inclua alguma das secções transfronteiriças mencionadas no Anexo I, a ANS responsável pela autorização deve verificar o cumprimento dos requisitos indicados neste anexo para conceder uma ACM válida até a estação de fronteira solicitada, localizada no outro país.

Caso o requerente de ACM de um veículo tenha escolhido a ERA como autoridade responsável pela autorização, esta deve receber confirmação das partes de que as normas nacionais pertinentes

**Acuerdo entre las Autoridades
Nacionales de Seguridad de
Portugal y del Reino de España
referente a la seguridad operacional
e interoperabilidad de las
actividades ferroviarias en las
secciones fronterizas**

**ANEXO III – Requisitos a cumplir
para la autorización de vehículos**

1. Objeto

El objeto del presente Anexo es establecer las disposiciones comunes de cooperación entre las ANS de PT y ES para la emisión de las autorizaciones, siempre y cuando el área de uso incluya alguna de las secciones fronterizas establecidas en el anexo I de este acuerdo.

2. Ámbito de aplicación

Este anexo se aplica en los siguientes supuestos:

a) La autorización de puesta en el mercado de nuevos vehículos.

Tras una solicitud de APM cuya área de uso incluya alguna de las secciones fronterizas mencionadas en el anexo I, la ANS responsable de la autorización deberá verificar el cumplimiento de los requisitos indicados en este anexo para poder otorgar una APM válida hasta la estación fronteriza solicitada, situada en el otro país.

En el supuesto en el que el solicitante de la APM de un vehículo haya escogido como autoridad responsable de la autorización a la ERA, ésta deberá recibir la confirmación de las partes

notificadas e outras obrigações referidas neste contrato foram atendidas, antes da emissão da ACM de um veículo, para que, por fim, se possa especificar na ACM do veículo que a mesma é válida também até à referida secção transfronteiriça, sem necessidade de alargamento da área de utilização.

b) Caso de veículo existente, que já circulava pelo troço transfronteiriço e que, após alteração, seja submetido a um processo de nova autorização [caso 14.1.d) do Regulamento (EU) 2018/545].

A realização de uma modificação de um veículo já autorizado pode afetar a compatibilidade técnica do veículo com a rede da secção transfronteiriça que já havia sido credenciada antes da realização da referida modificação. Para estes casos, será realizada uma consulta sistemática conforme indicado neste documento para os pedidos de autorização da alínea a).

c) A inclusão da secção transfronteiriça na área de utilização da autorização existente de veículos.

Nesse caso, será apresentado um dossiê à ANS do Estado de origem, que, após seguir as indicações deste acordo, emitirá uma autorização atualizada que inclua a secção transfronteiriça na área de utilização do veículo.

Neste caso, não se exigirá o tratamento de um processo de autorização como os referidos no artigo 14.º do Regulamento (UE) 2018/545, uma vez que não seria

de que se cumplen las normas nacionales pertinentes notificadas y demás obligaciones referidas en este acuerdo, antes de expedir la APM de un vehículo, de modo que, finalmente, pueda especificar en la APM del vehículo que también es válida hasta dicha estación fronteriza, sin necesitar la ampliación del área de uso.

b) Supuesto de un vehículo existente, que ya viniera circulando por la sección fronteriza y que, tras una modificación, es sometido a un proceso de nueva autorización [caso 14.1.d) del Reglamento (UE) 2018/545]

La realización de una modificación de un vehículo ya autorizado podría afectar a la compatibilidad técnica del vehículo con la red de la sección fronteriza que ya había sido acreditada con anterioridad a la realización de dicha modificación. Para estos supuestos, se realizará una consulta sistemática como la indicada en este documento para las solicitudes de autorización del anterior apartado a).

c) La inclusión de la sección fronteriza en el área de uso de la autorización existente para los vehículos.

En ese caso, se presentará un expediente a la ANS del Estado de origen, la cual, tras seguir lo indicado en este acuerdo, expedirá una autorización actualizada que incluya la estación fronteriza en el área de uso del vehículo.

En este supuesto no se requerirá de la tramitación de un proceso de autorización de los contemplados en el artículo 14 del Reglamento (UE) 2018/545, ya que no se

uma extensão da área de utilização, mas sim a inclusão, exclusivamente, de uma estação fronteiriça na autorização existente.

Assim, seguir-se-á o processo de candidatura indicado no ponto 4, embora sem que a sua gestão seja efetuada através do balcão único (OSS).

Este caso não deve ser confundido com aqueles em que um veículo já se encontra em funcionamento, e a circular até à primeira estação que limite com qualquer das secções transfronteiriças nacionais, já que dispõem de uma autorização num dos Estados-Membros, emitida antes de 30 de outubro de 2020, incluindo as autorizações emitidas ao abrigo de acordos internacionais, nomeadamente RIC (Regolamento Internazionale Carrozze) e RIV (Regolamento Internazionale Veicoli). Tal autorização manter-se-á válida de acordo com as condições em que foi emitida.

Excepcionalmente, este acordo fornece indicações que permitem atualizar a informação contida no correspondente registo nacional de material circulante estabelecido de acordo com a Decisão 2007/756/CE ou no Registo Europeu de Veículos (EVR) de acordo com a Decisão (UE) 2018/1614, para aqueles veículos em que esteja validado o direito de circular num determinado troço transfronteiriço, mas que não disponha dessa autorização, obtida em regime regulamentar anterior ao estabelecido pela Diretiva CE 2008/57.

trataría de una ampliación del área de uso, sino de la inclusión, exclusivamente, de una estación fronteriza en la autorización existente.

Por tanto, se seguirá el proceso de solicitud indicado en el apartado 4, si bien sin que su gestión sea realizada a través de la ventanilla única (OSS).

Este supuesto no hay que confundirlo con aquellos casos en los que un vehículo ya esté en funcionamiento, y circulando hasta la primera estación que limite con alguna de las secciones fronterizas nacionales, ya que dispone de una autorización en uno de los Estados-miembros, emitida antes del 30 de octubre de 2020, incluidas las autorizaciones emitidas con arreglo a acuerdos internacionales, en particular RIC (Regolamento Internazionale Carrozze) y RIV (Regolamento Internazionale Veicoli). Dicha autorización seguirá siendo válida de conformidad con las condiciones en las que se emitió.

Excepcionalmente, en el presente acuerdo se dan indicaciones que permitan la actualización de la información que consta en el correspondiente registo nacional de vehículos establecido conforme a la Decisión 2007/756/CE o en el Registo Europeo de Vehículos (EVR) conforme con la Decisión (UE) 2018/1614, para aquellos vehículos en los que se acredite su derecho a la circulación en una determinada sección fronteriza, pero que no se disponga de dicha autorización, obtenida en un régimen reglamentario anterior al establecido por la Directiva CE 2008/57.

<p>d) As autorizações de tipo de veículo.</p> <p>Os requisitos seguintes que se referem à ACM de veículos cuja área de utilização inclua estações próximas à fronteira localizadas no Estado vizinho, também são aplicáveis e podem ser extrapolados para as autorizações de tipo de veículo correspondentes.</p> <p>3. Avaliação da conformidade com as normas nacionais relevantes notificadas</p> <p>3.1. Princípios</p> <p>As partes concordam em estabelecer uma análise simplificada para o perímetro da secção transfronteira.</p> <p>No âmbito da análise específica da secção transfronteira, as partes acordam em estabelecer uma consulta sistemática para cada pedido de autorização.</p> <p>Os documentos relativos à secção transfronteira devem ser fornecidos pelo requerente em ambos as línguas, espanhol e português, salvo acordo em contrário entre as partes.</p> <p>Para comunicação e cooperação entre as duas ANS, o idioma será determinado por acordo mútuo caso a caso.</p> <p>O uso de intérpretes pode ser considerado, se necessário.</p> <p>3.2. Requisitos para secções transfronteiriças</p> <p>3.2.1. Aspectos gerais</p> <p>No conteúdo do seu pedido, o requerente deve apresentar prova</p>	<p>d) Las autorizaciones de tipo de vehículos.</p> <p>Los requisitos que a continuación refieren a la APM de vehículos cuya área de uso incluya estaciones cercanas a la frontera situadas en el Estado vecino, son igualmente de aplicación y extrapolables a las correspondientes autorizaciones de tipo de vehículo.</p> <p>3. Evaluación del cumplimiento de las normas nacionales pertinentes notificadas</p> <p>3.1. Principios</p> <p>Las partes acuerdan establecer un análisis simplificado para el perímetro de la sección fronteriza.</p> <p>Dentro del ámbito del análisis específico de la sección fronteriza, las partes acuerdan establecer una consulta sistemática para cada solicitud de autorización.</p> <p>Los documentos relacionados con la sección fronteriza deberán ser suministrados por el solicitante en los dos idiomas, en español y en portugués, salvo acuerdo entre las partes.</p> <p>Para la comunicación y la cooperación entre las dos ANS, el idioma se determinará de común acuerdo caso a caso.</p> <p>Puede considerarse el uso de intérpretes, si es necesario.</p> <p>3.2. Requisitos para las secciones fronterizas</p> <p>3.2.1. Aspectos generales</p> <p>Dentro de los contenidos de su solicitud, el solicitante deberá</p>
---	--

do cumprimento dos requisitos aplicáveis nas secções transfronteiriças, que deve ser determinado tendo em conta:

- As possíveis regras nacionais notificadas pelas ANS, aplicáveis à secção transfronteiriça em causa.
- As informações atualizadas dos gestores de infraestruturas (GI) sobre as suas instruções comuns na secção e as características técnicas de tais secções.
- Para tal, poderá aproveitar-se o processo de levantamento de requisitos a que se refere o artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 2018/545, que abrange, entre outros, os relacionados com a compatibilidade técnica do veículo com a rede da secção transfronteiriça.

A análise do requerente para determinar as regras nacionais aplicáveis será disponibilizada na documentação do pedido de autorização.

As ANS podem colocar à disposição dos requerentes uma lista indicativa das regras nacionais aplicáveis na secção transfronteiriça.

3.2.2. Demonstração da compatibilidade do veículo com a rede da secção transfronteiriça.

A compatibilidade técnica do veículo ferroviário com a rede da secção transfronteiriça dependerá do grau de semelhança das características dos troços das secções transfronteiriças de ambos os lados da fronteira.

entregar evidencias del cumplimiento de los requisitos aplicables en las secciones fronterizas, que deberá determinar teniendo en cuenta:

- Las posibles normas nacionales notificadas por las ANS, aplicables a la sección fronteriza en cuestión.
- La información actualizada de los administradores de infraestructura (AI) sobre sus consignas comunes en la sección y las características técnicas de dichos tramos.
- Para ello, se podrá aprovechar el proceso de recopilación de requisitos referido en el artículo 13 del Reglamento (UE) nº 2018/545, que cubre, entre otros, los relacionados con la compatibilidad técnica del vehículo con la red de la sección fronteriza.

El análisis del solicitante para determinar las normas aplicables será proporcionado en la documentación de solicitud de autorización.

Las ANS podrán poner a disposición de los solicitantes una lista orientativa de las normas nacionales aplicables en la sección fronteriza.

3.2.2. Acreditación de la compatibilidad del vehículo con la red de la sección fronteriza.

La compatibilidad técnica del vehículo ferroviario con la red de la sección fronteriza dependerá del grado de similitud de las características de los tramos de la sección a un lado y otro de la frontera.

A demonstração da compatibilidade técnica do veículo ferroviário com a rede da secção transfronteiriça pode ser efetuada mediante comprovação de qualquer um dos seguintes métodos:

a) Justificação da semelhança do troço da secção transfronteiriça com a rede do Estado de origem.

Para comprovar que os requisitos de compatibilidade técnica com a rede da área de utilização na secção transfronteiriça e no Estado de origem são equivalentes, o requerente pode comprovar a referida equivalência com base na informação constante do Registo de Infraestruturas Ferroviárias (RINF), ou na sua falta, a obtida oficialmente pelos GI que gerem a referida secção transfronteiriça.

b) Comparação com outros veículos que apresentem características técnicas semelhantes, e para os quais se possa estabelecer uma equivalência, para que sirvam de sistema de referência, e que tenham circulado nas redes espanhola e portuguesa, e em particular nas secções transfronteiriças.

O requerente pode invocar o facto de existirem veículos com características semelhantes, com autorização, para demonstrar o respeito dos requisitos técnicos de compatibilidade com a rede da secção transfronteiriça do veículo para o qual se pretende incluir a secção transfronteiriça na sua área de utilização.

Para esta demonstração, o requerente deve aplicar o processo de gestão de risco estabelecido no Anexo I do Regulamento (UE) n.º 402/2013, que permite o uso de um código de práticas, a comparação com sistemas

La acreditación de la compatibilidad técnica del vehículo ferroviario con la red de la sección fronteriza podrá realizarse aportando evidencias de alguno de estos métodos:

a) Justificación de la similitud del tramo de la sección fronteriza con la red del Estado de origen.

Con el fin de acreditar que los requisitos de compatibilidad técnica con la red del área de uso en la sección fronteriza y en el Estado de origen son equivalentes, el solicitante podrá acreditar dicha equivalencia basándose en la información disponible en el registro de la infraestructura ferroviaria (RINF), o en su defecto, la obtenida de forma oficial por parte de los AI que gestionan dicha sección fronteriza.

b) Comparación con otros vehículos que cuenten con características técnicas similares, y para los que pueda establecerse una equivalencia, de modo que sirvan de sistema de referencia, y que hayan circulado en ambas redes española y portuguesa, y en particular en las secciones fronterizas.

El solicitante puede apoyarse en el hecho de que existan vehículos con características similares con autorización, con el fin de evidenciar el respeto de los requisitos de compatibilidad técnica con la red de la sección fronteriza del vehículo para el que se pretende incluir la sección fronteriza en su área de uso.

Para dicha demostración, el solicitante debe aplicar el proceso de gestión de riesgos establecido en el anexo I del Reglamento (UE) n.º 402/2013, que permite el uso de un código práctico, la comparación con

semelhantes ou uma estimativa explícita do risco. A justificação deve ser avaliada e confirmada por um órgão de avaliação independente (MCS AR).

Em qualquer caso, a circulação deve ser comprovada com os elementos indicados no ponto 3.3.

Da mesma forma, as circulações realizadas no âmbito de um Acordo Internacional também podem ser usadas como referência, como, por exemplo, por meio de um contrato de cooperação entre as empresas então nacionais, ou por meio de um documento de acordo com as normas da Convenção sobre Transporte Internacional Ferroviário (COTIF) alterado pelo Protocolo de Vilnius de 1999 e seus apêndices.

Nesse sentido, para evidenciar a circulação anterior dos veículos utilizados como referência em ambas as redes, serão úteis as informações dos registos históricos das antigas empresas nacionais. No entanto, para que a equivalência permaneça em vigor, deve ser evidenciado que, tanto os veículos, como a infraestrutura, não sofreram alterações substanciais desde o momento em que ocorreram as referidas circulações históricas. Para tal, o impacto das alterações introduzidas deve ser tido em conta na análise efetuada em aplicação do Regulamento (UE) n.º 402/2013, sendo avaliado por uma entidade avaliadora.

Finalmente, deve-se levar em consideração o retorno da experiência (REX) da operação do veículo de

sistemas similares o una estimación explícita del riesgo. La justificación debe ser evaluada y confirmada por un organismo de evaluación (MCS ER).

En todo caso, se deberá acreditar la circulación haciendo uso de los elementos recogidos en el punto 3.3.

Así mismo, también podrán emplearse como referencia circulaciones realizadas al amparo de algún Acuerdo Internacional, como, por ejemplo, por medio de algún contrato de cooperación entre las entonces empresas nacionales, o bien por medio de algún documento conforme con las normas del Convenio relativo a los Transportes Internacionales por Ferrocarril (COTIF) modificado mediante el Protocolo de 1999 hecho en Vilnius y sus apêndices.

En este sentido, para evidenciar la previa circulación de los vehículos empleados como referencia en ambas redes, será de utilidad la información proveniente de los registros históricos de las antiguas empresas nacionales. No obstante, con el fin de que la equivalencia siga vigente, deberá evidenciarse que tanto los vehículos como la infraestructura no han sufrido cambios sustanciales desde el momento en el que se realizaron dichas circulaciones históricas. Para ello, deberá ser tenido en cuenta dentro del análisis realizado en aplicación del Reglamento (UE) 402/2013, el impacto de las modificaciones que se hayan introducido, estando evaluado por un organismo de evaluación.

Por último, debe tenerse en cuenta el retorno de la experiencia (REX) de la operación del vehículo de referencia,

referência, considerando que as condições de operação são comparáveis e que existe um volume de tráfego representativo (número de veículos durante um determinado período), o que permite um retorno significativo da experiência das informações coletadas.

c) Relatório emitido pelos GI confirmando a compatibilidade do veículo com a rede por eles gerida, desde que a regulamentação nacional contemple esta função do GI.

d) Aplicação dos princípios de compatibilidade comboio-itinerário, de acordo com o Apêndice D1 do Regulamento de Execução (UE) n.º 2019/773

Em qualquer caso, o requerente deve garantir a total compatibilidade técnica do veículo com as especificidades que cada um dos troços transfronteiriços possa apresentar que, embora na maioria dos casos venham a ter características comparáveis ou mesmo análogas em ambos os lados da fronteira, podem apresentar algumas diferenças identificadas pelos GI, que terão de ser consideradas.

Neste sentido, e para além do referido nos números anteriores, não se deve esquecer que caberá à empresa ferroviária que finalmente opera a composição do comboio em que se integram os veículos autorizados em ambas as redes, verificar a compatibilidade técnica do comboio com o itinerário, constituído pelos troços de linhas em que vai circular, bem como efetuar as restantes verificações exigidas antes da utilização de um veículo autorizado, como a integração adequada na composição do comboio, bem como

considerando que las condiciones de operación son comparables y que exista un volumen de tráfico representativo (cantidad de vehículos durante un tiempo dado), que permite un significativo retorno de la experiencia de la información recabada.

c) Informe emitido por los AI confirmando la compatibilidad del vehículo con la red gestionada por ellos, siempre y cuando la normativa nacional contemple esta función del AI.

d) Aplicación de los principios de compatibilidad tren-ruta conforme apéndice D1 del Reglamento de Ejecución (UE) n.º 2019/773

En todo caso, el solicitante debe garantizar la plena compatibilidad técnica del vehículo con las especificidades que pueda presentar cada una de las secciones fronterizas que, si bien tendrán en la mayoría de los casos características comparables o incluso análogas en ambos lados de la frontera, pueden presentar algunas diferencias identificadas por los AI, las cuales habrá que considerar.

En este sentido, y de forma adicional a lo expuesto en los párrafos anteriores, conviene no olvidar que corresponderá a la empresa ferroviaria que finalmente opere la composición de tren en que se integren los vehículos autorizados en ambas redes, comprobar la compatibilidad técnica del tren con la ruta, compuesta por los tramos de líneas por los que vaya a circular, así como realizar las demás comprobaciones exigibles antes de la utilización de un vehículo autorizado, como la adecuada integración en la

outras observações para manutenção e operação contidas no regulamento.

Este exercício, embora em princípio posterior à ACM do veículo, é ideal neste caso para facilitar a justificação da compatibilidade do comboio com o troço transfronteiriço, para que possa ser planeado durante o processo da ACM.

Para tal, são indicados os parâmetros dos subsistemas material circulante e controlo-comando e sinalização de bordo que podem ser utilizados pelo requerente da ACM, no âmbito do presente acordo, para efeitos de verificação da compatibilidade com o itinerário, os quais estão descritos no Anexo D1 do Regulamento de Execução da Comissão Regulamento (UE) n.º 2019/773.

Em caso de dúvida em relação a qualquer parâmetro da infraestrutura, o requerente pode consultar o GI. Caso não seja possível garantir a compatibilidade de algum parâmetro, mas tal limitação não impeça a emissão da ACM para a estação transfronteiriça, a ACM deve indicar essa restrição, sempre que pertinente.

3.3. Caso particular de veículos já autorizados desejam incluir a secção transfronteiriça

No caso de veículo já autorizado, para o qual se pretenda alargar a área de utilização no Estado vizinho de modo a incluir, em exclusivo, algumas das secções transfronteiriças referidas no Anexo I por onde o veículo não tenha circulado, para além do indicado nas secções 3.1 e 3.2 anteriores, e de forma a documentar a área de

composición del tren así como las demás observaciones para el mantenimiento y la operación que la normativa contiene.

Este ejercicio, si bien en principio posterior a la APM del vehículo, resulta idóneo en este caso, para facilitar la justificación de la compatibilidad del tren con la sección fronteriza por lo que puede ser planificado durante el proceso de APM.

Para ello, pueden emplearse de referente los parámetros de los subsistemas material rodante y control-mando y señalización a bordo que puede utilizar el solicitante de la APM, en el marco de este acuerdo, a efectos de la verificación de la compatibilidad con la ruta, los cuales se describen en el apéndice D1 del Reglamento de Ejecución (UE) n.º 2019/773 de la Comisión.

En caso de duda relativa a algún parámetro de la infraestructura, el solicitante puede consultar al AI. En caso de que no sea posible garantizar la compatibilidad de algún parámetro, pero que dicha limitación no impida la emisión de la APM hasta la estación frontera, la APM deberá indicar esta restricción, siempre que sea relevante.

3.3. Caso particular de vehículos ya autorizados que deseen incluir la sección fronteriza

En el caso de un vehículo que ya esté autorizado, para el cual se desee ampliar el área de uso en el Estado vecino con el fin de incluir, exclusivamente, alguna de las secciones fronterizas mencionadas en el anexo I por las que el vehículo no haya circulado, además de lo indicado en los apartados 3.1 y 3.2

<p>utilização em que está a operar, serão tidos em consideração os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As informações contidas no registo nacional de veículos estabelecido em conformidade com a Decisão 2007/756/CE ou no Registo Europeu de Veículos (EVR) em conformidade com a Decisão (UE) 2018/1614. Deve ser mantido registado com o código de registo “00”, “Válido”; • Os registos de manutenção do ERM, que evidenciem que é mantido num estado operacional seguro, em conformidade com o Regulamento de Execução (UE) 2019/779 da Comissão; • Na falta de informação nos registos acima, outras evidências que o requerente possa fornecer para justificar que o veículo tem circulado na rede, como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Quaisquer registos dos GI relativamente à atribuição de capacidade na rede; ○ Provas produzidas pelas empresas ferroviárias sobre a incorporação dos referidos veículos em comboios para cobertura de serviços na rede/linhas do país de origem; ○ Declarações assinadas pelas EF descrevendo a área real de operação dos veículos; ○ Qualquer outra evidência considerada pertinente pela ANS. 	<p>anteriores, y de cara a documentar el área de uso en la cual esté operando, se tendrán en consideración los siguientes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • La información que conste en el registro nacional de vehículos establecido conforme a la Decisión 2007/756/CE o en el Registro Europeo de Vehículos (EVR) conforme con la Decisión (UE) 2018/1614. Debe mantenerse registrado con el código de registro «00», «Válido»; • Los registros de mantenimiento de las EEM, que evidencien que se mantiene en un estado de funcionamiento seguro de conformidad con el Reglamento de Ejecución (UE) 2019/779 de la Comisión; • En ausencia de información en los registros antes citados, otras evidencias que el solicitante pueda aportar para justificar que el vehículo ha estado operando en la red, como <ul style="list-style-type: none"> ○ Cualquier registro de los AI con respecto a la asignación de capacidad en la red; ○ Evidencias producidas por las empresas ferroviarias con respecto a la incorporación de dichos vehículos en trenes para cubrir servicios en la red/líneas del país de origen; ○ Declaraciones firmadas por las EF que describan el área real de operación de los vehículos; ○ Cualquier otra evidencia que sea considerada pertinente por la ANS.
--	---

A inserção da secção transfronteiriça materializar-se-á através de uma autorização atualizada, de acordo com o disposto na normativa nacional, que inclua a secção transfronteiriça dentro da área de utilização.

3.4. Caso particular de veículos que já tenham circulado por uma secção transfronteiriça, mas que esse direito não está refletido nos registos de veículos referidos na Diretiva (EU) 2016/797

Excepcionalmente, podem ocorrer casos em que um veículo já se encontra em circulação, deslocando-se para a primeira estação que limite alguma das secções transfronteiriças nacionais, mas, no entanto, não disponha de autorização num dos Estados Membros, emitida antes de 30 de outubro de 2020, que traduza claramente as condições em que foi emitido esse direito de circular por determinada secção transfronteiriça.

Para estes casos, é necessário um registo oficial da autorização de circulação no troço com base no reconhecimento das circulações anteriormente realizadas ou que se encontrem a realizar na secção em causa, em alternativa à atualização da autorização existente considerada no ponto anterior.

Neste sentido, e de forma a documentar a área de utilização em que o veículo tenha circulado, serão tidos em consideração os elementos detalhados no ponto 3.3 anterior.

La inserción de la sección fronteriza se materializará mediante una autorización actualizada, conforme a lo establecido en la normativa nacional, que incluya la sección fronteriza dentro del área de uso.

3.4. Caso particular de vehículos que ya hayan circulado por una sección fronteriza pero que dicho derecho no está reflejado en los registros de vehículos a los que hace referencia la Directiva (UE) 2016/797

Excepcionalmente, puede haber casos en los que un vehículo ya esté en funcionamiento, circulando hasta la primera estación que limite con alguna de las secciones fronterizas nacionales, pero que, sin embargo, no se disponga de una autorización en uno de los Estados miembros, emitida antes del 30 de octubre de 2020, en la que claramente se refleje, dentro de las condiciones en las que se emitió, este derecho a la circulación por una determinada sección fronteriza.

Para estos casos es necesario un registro oficial de la habilitación para circular por la sección en base al reconocimiento de las circulaciones previamente realizadas o que se vengán realizando por la sección en cuestión, alternativamente a la actualización de la autorización existente considerada en el apartado anterior.

En este sentido, y de cara a documentar el área de uso en la cual ha sido operado el vehículo, se tendrán en consideración los elementos detallados en el anterior punto 3.3.

<p>Atendendo ao exposto, e após consulta às ANS, a informação constante dos registos poderá ser atualizada, incluindo informação precisa sobre a zona de utilização da respetiva autorização de viatura, refletindo claramente os troços transfronteiriços por onde pode circular.</p> <p>4. Etapas do processo de pedido</p> <p>4.1. Compromisso preliminar (pre-engagement)</p> <p>Caso o requerente realize um pedido de compromisso preliminar, etapa facultativa que antecede o pedido de autorização ao abrigo do presente Acordo, a ANS responsável pela referida autorização informará a outra ANS fronteiriça desse pedido por via eletrónica o mais tardar até 5 dias após a receção do pedido de compromisso prévio no balcão único.</p> <p>Se for necessário, será organizada uma reunião inicial com a participação das ANS e do requerente.</p> <p>Por questões de eficiência, se necessário, a ANS fronteiriça entrará em contacto direto com o requerente, solicitará os documentos esperados, comentará diretamente sobre esses documentos, etc., mantendo uma cópia para a ANS responsável pela autorização.</p> <p>4.2. Recibo de pedido de ACM do veículo</p> <p>Após receção do pedido de ACM através do balcão único, a ANS que recebe o pedido notificará a ANS fronteiriça através dos meios eletrónicos convencionados, juntando</p>	<p>Teniendo en cuenta lo anterior, y previa consulta a las ANS, se podrá actualizar la información que conste en los registros, incluyéndose información precisa del área de uso de la autorización del vehículo correspondiente, reflejando de forma clara las secciones fronterizas por las que puede circular.</p> <p>4. Pasos del proceso de solicitud</p> <p>4.1. Consulta previa (pre-engagement)</p> <p>En caso de que el solicitante lleve a cabo una consulta previa, paso opcional que precede a la solicitud de autorización en el marco de este Acuerdo, la ANS responsable de dicha autorización informará por medios electrónicos a la otra ANS fronteriza sobre esta solicitud lo antes posible y a más tardar 5 días después de recibir la solicitud de consulta previa en la ventanilla única.</p> <p>Si es necesario, se organizará una reunión inicial en presencia de las dos ANS y del solicitante.</p> <p>Por razones de eficiencia, en caso de ser necesario, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá que le proporcione los documentos esperados, le realizará directamente sus comentarios sobre estos documentos, etc., manteniendo en copia a la ANS receptora de la solicitud.</p> <p>4.2. Recibo de la solicitud de APM del vehículo</p> <p>Al recibir una solicitud de APM a través de la ventanilla única, la ANS receptora de la misma lo notificará a la ANS fronteriza mediante los medios electrónicos acordados</p>
--	--

ofício até 5 dias após a apresentação do pedido no balcão único, anexando a documentação apresentada pelo requerente no domínio do troço transfronteiriço.

Se necessário, será organizada uma reunião inicial com a participação das ANS e do requerente.

Em geral, a ANS fronteiriça participará ativamente durante a avaliação após a comunicação da outra ANS. No entanto, e desde que sejam cumpridas as normas europeias e nacionais tendo em conta os troços transfronteiriços, o tipo e o âmbito da operação solicitada, ambas as ANS podem acordar que a avaliação do cumprimento dos requisitos acima referidos seja realizada pela ANS recetora do pedido, e se considerar que estão suficientemente abrangidas, a ACM será válida em todo o troço transfronteiriço sem necessidade de avaliação adicional por parte da outra ANS.

No caso geral:

- Por questões de eficiência, se necessário, a ANS de fronteira entrará em contato direto com o requerente, solicitará a apresentação dos documentos esperados e comentará diretamente sobre esses documentos, guardando uma cópia para a ANS responsável pela autorização.
- A ANS fronteiriça indicará à ANS responsável pela autorização se recebeu todos os documentos previstos, conforme o caso, dentro dos prazos estabelecidos, se são compreensíveis, consistentes e

adjuntando una carta oficial a más tardar 5 días después de la presentación del expediente en la ventanilla única, adjuntando la documentación presentada por el solicitante en el ámbito de la sección fronteriza.

Si es necesario, se organizará una reunión inicial en presencia de las dos ANS y del solicitante.

De manera general, la ANS fronteriza participará activamente durante la evaluación tras la comunicación de la otra ANS. Sin embargo, y siempre que se cumpla la normativa europea y nacional a la vista de las secciones fronterizas, el tipo y el alcance de la operación solicitados, ambas ANS podrán acordar que la evaluación del cumplimiento de los requisitos anteriores sea realizada por la ANS receptora de la solicitud, y si ésta considera que están suficientemente cubiertos, la APM será válida en toda la sección fronteriza sin requerirse evaluación adicional por parte de la otra ANS.

En el caso general:

- Por razones de eficiencia, en caso de ser necesario, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá que le proporcione los documentos esperados y le realizará directamente sus comentarios sobre estos documentos, manteniendo en copia a la ANS responsable de la autorización.
- La ANS fronteriza indicará a la ANS responsable de la autorización si ha recibido todos los documentos esperados, según corresponda, y en los prazos previstos y si son

pertinentes, para permitir à ANS responsável pela autorização notificar no prazo legal a completude ou incompletude do seu processo.

- Em princípio, se faltar algum dos documentos esperados pela ANS fronteiriça, a ANS responsável pela autorização deverá notificar o requerente sobre o carácter incompleto do seu processo.
- As disposições acima serão aplicadas até que o processo esteja completo.

A ANS responsável pela autorização informará a ANS fronteiriça da sua decisão sobre a natureza incompleta ou completa do processo.

4.3. Avaliação pormenorizada do processo de pedido

Se necessário, será organizada uma reunião de coordenação e intercâmbio entre as duas ANS, bem como uma ou mais reuniões intermédias para fazer o ponto da situação do processo.

Caso o processo não apresente dificuldades particulares, os contactos entre as duas ANS sobre a avaliação do processo podem ser efetuados por correio eletrónico e/ou por telefone.

No caso geral, em que a ANS fronteiriça participa ativamente na avaliação:

- A ANS fronteiriça avaliará os documentos solicitados para estudar as particularidades

comprensibles, coherentes y pertinentes, para permitir que la ANS responsable de la autorización notifique dentro del plazo reglamentario el carácter completo o incompleto de su expediente.

- En principio, si falta alguno de los documentos esperados por la ANS fronteriza, la ANS responsable de la autorización deberá notificar al solicitante el carácter incompleto de su expediente.
- Las disposiciones anteriores se aplicarán hasta que se complete el expediente.

La ANS responsable de la autorización comunicará a la ANS fronteriza su decisión final sobre el carácter incompleto o completo del expediente.

4.3. Evaluación detallada del expediente de solicitud

Si es necesario, se organizará una reunión de coordinación e intercambio entre las dos ANS, así como una o más reuniones de etapas para poder hacer un balance del progreso del expediente.

Si el expediente no presenta ninguna dificultad particular, los intercambios entre las dos ANS con respecto a la evaluación del expediente podrán realizarse por correo electrónico y/o por teléfono.

En el caso general en que la ANS fronteriza participe activamente durante la evaluación:

- La ANS fronteriza evaluará los documentos solicitados para estudiar las particularidades de

<p>da(s) secção(ões) transfronteiriças em questão. Não avaliará o cumprimento das normas europeias, algo que continuará a ser da responsabilidade da ANS responsável pela autorização, nem o cumprimento das normas nacionais do país desta última ANS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desta forma, as duas ANS evitarão a sobrecarga administrativa dos requerentes. • As duas ANS irão coordenar-se entre si, se um dos pontos identificados por uma delas possa ter consequências no trabalho realizado pela outra. • Por questões de eficiência, a ANS fronteiriça entrará em contacto diretamente com o solicitante, solicitará que forneça todos os detalhes ou documentos complementares necessários à avaliação e fará seus comentários diretamente, guardando uma cópia para a ANS responsável pela autorização. • No entanto, ao longo do processo de avaliação, a ANS fronteiriça alertará a ANS responsável pela autorização em caso de dificuldades com o requerente que possam afetar os prazos de avaliação. <p>4.4. Parecer sobre a secção transfronteiriça da ACM</p> <p>No caso geral em que a ANS fronteiriça participa ativamente na avaliação emitindo parecer:</p>	<p>la(s) sección(ones) fronteriza(s) en cuestión. No evaluará el cumplimiento de las normas europeas, algo que continuará siendo responsabilidad de la ANS responsable de la autorización, ni el cumplimiento de las normas nacionales del país de esta última ANS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • De esta manera, las dos ANS evitarán crear sobrecargas administrativas para los solicitantes. • Las dos ANS se coordinarán si uno de los puntos identificados por una puede tener consecuencias sobre el trabajo realizado por la otra. • Por razones de eficiencia, la ANS fronteriza entrará en contacto directo con el solicitante, le pedirá que le proporcione todos los detalles o los documentos complementarios necesarios para la evaluación y le realizará directamente sus comentarios, manteniendo en copia a la ANS responsable de la autorización. • Sin embargo, durante todo el proceso de evaluación, la ANS fronteriza alertará a la ANS responsable de la autorización en caso de que se encuentre con dificultades con el solicitante que puedan afectar a los plazos de evaluación. <p>4.4. Dictamen sobre la sección fronteriza de la APM</p> <p>En el caso general en el que la ANS fronteriza participe ativamente durante la evaluación emitiendo un dictamen:</p>
---	---

<ul style="list-style-type: none"> • A ANS de fronteira notificará oficialmente a ANS responsável pela autorização do seu parecer favorável ou desfavorável à inclusão da(s) estação(ões) de fronteira, na área de uso da ACM a ser emitida pela ANS responsável pela autorização. Para o efeito, será entregue um relatório justificativo no qual se descreve sucintamente o processo seguido, a avaliação realizada e os resultados da mesma para cada secção de fronteira. • A ANS fronteiriça anexará ao seu parecer a lista de normas nacionais que o requerente deve respeitar, lista essa que a ANS responsável pela autorização deve incluir no seu dossier de avaliação. • Caso a ANS fronteiriça preveja ou tenha decidido emitir parecer desfavorável à componente do troço transfronteiriço ou parecer recomendando restrições que tenham impacto no trabalho de avaliação realizado pela ANS "responsável pela autorização", informará da sua decisão o mais rapidamente possível e antes da data acordada para a emissão do seu parecer. <p>Neste caso, a ACM emitida pela ANS responsável pela autorização incluirá necessariamente uma restrição que excluirá a(s) secção(ões) de fronteira solicitada(s).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se a ANS fronteiriça emitir parecer favorável sobre a componente da secção de fronteira, formalizará um 	<ul style="list-style-type: none"> • La ANS fronteriza notificará oficialmente a la ANS responsable de la autorización su dictamen favorable o desfavorable sobre la inclusión de la(s) estación(ones) fronteriza(s), en el área de uso de la APM a emitir por la ANS responsable de la autorización. Para ello entregará un informe justificativo en el que se describa de manera resumida el proceso seguido, la evaluación realizada y los resultados de la misma para cada sección frontera. • La ANS fronteriza adjuntará a su dictamen la lista de normas nacionales que deberá respetar el solicitante, una lista que la ANS responsable de la autorización deberá incluir en su expediente de evaluación. • Si la ANS fronteriza prevé o ha tomado su decisión de emitir un dictamen desfavorable sobre el componente de sección fronteriza o un dictamen que recomiende restricciones que tengan un impacto sobre el trabajo de evaluación realizado por la ANS «responsable de la autorización», informará de ello, motivando su decisión, a esta última lo antes posible y antes de la fecha acordada para emitir su dictamen. <p>En este caso, la APM emitida por la ANS responsable de la autorización comportará obligatoriamente una restricción que excluirá la(s) sección(ones) fronteriza(s) solicitada(s).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Si la ANS fronteriza emite un dictamen favorable sobre el componente de sección fronteriza, formalizará un
---	---

parecer e enviará uma cópia do mesmo por correio eletrónico para a ANS "responsável pela autorização" o mais tardar 7 dias antes do termo do período de avaliação.

- Não poderá ser concedida ACM ao veículo para circular em uma ou mais estações fronteiriças se a ANS fronteiriça não tiver emitido parecer sobre tal circulação.

No caso contrário, a ANS de fronteira não reconhecerá como válida a ACM que autoriza a movimentação para um ou mais postos de fronteira.

Caso seja impossível, por uma razão objetiva, que a ANS fronteiriça se pronuncie nos prazos estabelecidos, as duas ANS realizarão consultas para estudar a solução que possa ser implementada para limitar os inconvenientes causados ao requerente.

4.5. Decisão de rejeitar a entrega da ACM

Caso a ANS responsável pela autorização preveja uma decisão de indeferimento da emissão da ACM ou uma decisão que inclua restrições que afetem o trabalho de avaliação realizado pela ANS fronteiriça, informará esta com a maior brevidade possível.

Se as conclusões da avaliação levarem a ANS responsável pela autorização a negar a ACM ou a entregá-la com restrições, a ANS fronteiriça será oficialmente informada da decisão final.

dictamen y enviará una copia de este por correo electrónico a la ANS «responsable de la autorización» a más tardar 7 días antes del vencimiento del plazo de evaluación.

- No podrá otorgarse un APM al vehículo para que circule hasta una o más estaciones fronterizas si la ANS fronteriza no ha emitido dictamen sobre dicha circulación.

De lo contrario, la ANS fronteriza no reconocerá como válido el APM que autorice la circulación hasta una o varias estaciones fronterizas.

En caso de que sea imposible, por una razón objetiva, que la ANS fronteriza emita su dictamen dentro de los plazos establecidos, las dos ANS celebrarán consultas para estudiar la solución que pueda implementarse para limitar las molestias causadas al solicitante.

4.5. Decisión de rechazar la entrega de la APM

Si la ANS responsable de la autorización prevé una decisión de denegación de emisión de la APM o una decisión que incluya restricciones que tengan un impacto sobre el trabajo de evaluación realizado por la ANS fronteriza, informará de ello a esta última lo antes posible.

Si las conclusiones de la evaluación llevan a la ANS responsable de la autorización a denegar la APM o a entregar la misma con restricciones, se informará oficialmente a la ANS fronteriza de la decisión final.

4.6. Decisão de conceder a ACM

Se as conclusões da avaliação levarem a ANS responsável pela autorização a aceitar a concessão da ACM, a ANS fronteira será informada da referida decisão positiva o mais tardar 5 dias após a sua decisão.

4.7. Retirada ou suspensão da ACM pela ANS "responsável pela autorização"

Caso a ANS "responsável pela autorização" pretenda retirar ou suspender uma ACM que abranja uma ou mais estações fronteiriças, informará oficialmente a ANS fronteira em conformidade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO
INSTITUTO DA MOBILIDADE E
TRANSPORTES, I.P.

Dr. João Jesus Caetano

4.6. Decisión de otorgamiento de la APM

Si las conclusiones de la evaluación llevan a la ANS responsable de la autorización a aceptar el otorgamiento de la APM, se informará a la ANS frontera de dicha decisión positiva a más tardar 5 días después de que se adopte dicha decisión.

4.7. Retirada o suspensión de la APM por parte de la ANS «responsable de la autorización»

Si la ANS «responsable de la autorización» prevé retirar o suspender una APM que cubra una o más estaciones fronterizas, informará oficialmente de ello a la ANS frontera.

EL PRESIDENTE DE LA AGENCIA ESTATAL
DE SEGURIDAD FERROVIARIA

D. Francisco Javier Flores García